

Lencioni, Sandra. **Regiões metropolitanas do Brasil. Radiografia da dinâmica recente do emprego industrial e da remuneração do trabalhador.** *En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.*

ISBN 978-987-1183-64-7

Disponibile en la World Wide Web: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/edicion/lemos/06lenci.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca>

biblioteca@clacso.edu.ar

SANDRA LENCIONI*

REGIÕES METROPOLITANAS DO BRASIL.
RADIOGRAFIA DA DINÂMICA
RECENTE DO EMPREGO INDUSTRIAL
E DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR

INTRODUÇÃO

Atualmente, o desenvolvimento industrial brasileiro, embora apresente mais equidade na distribuição territorial das indústrias e no número de empregos, é ainda muito desigual, como que espelhando tantas outras assimetrias imanentes ao país. Essas desigualdades sociais e territoriais, quando assumem o sentido de discrepâncias agudas, parecem nem mais se constituírem em desafio que temos de superar, mas em pesadelo do qual temos dificuldade em acordar.

Nesse cenário de desigualdades, a economia industrial brasileira vem apresentando crescimento, porém sua expansão não se desdobrou numa ampliação equivalente do emprego industrial; tanto que a participação do emprego industrial no conjunto das ocupações brasileiras no final do século XX é muito próxima à dos anos 40 desse mesmo século, quando a indústria era muito pouco expressiva.

Com o processo de reestruturação produtiva que assolou o mundo e trouxe profundas modificações no parque industrial brasileiro, houve uma perda significativa do emprego industrial. Para se ter uma idéia dessa perda, vale lembrar que nos anos de 1970 o emprego indus-

* Professora Titular do Departamento de Geografia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, Brasil.

trial significava 20% dos empregos do país, tendo passado, nos anos de 1990, para 13%. E essa perda ganha mais expressão quando vemos que entre 1980 e 1990 foram eliminados um milhão e meio de postos de trabalho na indústria¹.

Nessa radiografia da dinâmica recente do emprego industrial vamos tratar, especificamente, da indústria de transformação. Portanto, os dados aqui registrados dizem respeito apenas a esse setor industrial, extraindo-se as considerações a respeito da indústria extrativa e agroindústria.

Em primeiro lugar, gostaríamos de observar que houve uma diminuição geral no número de postos de trabalho na indústria ao lado de um rearranjo na distribuição territorial da indústria, muito embora essa continue, ainda, muito concentrada no Sudeste, particularmente no Estado de São Paulo.

Tomando-se em consideração os setores industriais, as indústrias com expressiva presença do capital nacional e que operam com mão-de-obra intensiva, como as têxteis e de calçado, tenderam a um movimento de desconcentração industrial em direção ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste do País, enquanto aquelas intensivas em tecnologia, em grande parte de domínio ou de capital transnacional, tenderam a se concentrar no Sudeste, particularmente no Estado de São Paulo, privilegiando, aí, a capital; ou seja, a cidade de São Paulo, sua região metropolitana e o entorno dessa região. Isso porque é nessa porção do território que se encontram, de forma significativa e mais eficiente, as condições gerais de produção necessárias às indústrias intensivas em tecnologias e às indústrias de alta tecnologia. Nessa região é que se apresenta uma infra-estrutura necessária a essas indústrias, como, por exemplo, a presença de aeroportos internacionais, de trabalhadores altamente qualificados, bem como de eficientes redes de comunicações e uma extensa rede de fibra ótica.

Esse cenário indica que uma nova diferenciação regional, que é produto não mais da simples presença, densidade ou ausência da atividade industrial nas diferentes regiões do País, mas, sobretudo, do tipo de indústria que se instala nas diferentes regiões do País. Esse cenário é novo e, embora muito dele se deva à mobilidade territorial das indústrias que operam com força de trabalho intensiva, não se confunde com a mobilidade territorial das indústrias havida em décadas anteriores ao processo de reestruturação produtiva. Não se confunde porque embora seja, igualmente, um processo de mudança de localização territorial, ele é de outra natureza. Àquele, o anterior, se relaciona a uma fase do processo de industrialização brasileira que se desenvolveu baseada numa política de substituição

1 A respeito da diminuição do emprego industrial no Brasil, ver Pochmann, 2002 e 2004.

de importações, de protecionismo alfandegário e de uso intensivo dos fundos públicos. Esse outro, que acompanha a reestruturação produtiva, se relaciona às políticas neoliberais e ao incremento de uma arquitetura produtiva estruturada em torno de empresas organizadas em redes e em empresas-rede². A expressão máxima desse novo encontra-se, como dissemos, em São Paulo, na cidade, na região metropolitana e no entorno metropolitano. É aí que é mais visível o rompimento com a industrialização característica da fase de substituição de importações, pois é nessa metrópole que se expressa, de forma mais acabada e mais acentuada, a sobredeterminação de um espaço de fluxos que a configura como uma metrópole dispersa e amplamente estendida territorialmente com densos e fortes vínculos internacionais.

Nessa metrópole ampliada, o centro, a cidade de São Paulo, passou por um processo bastante acentuado de perda do emprego industrial, muito embora seja ainda e, de longe, a maior cidade industrial do País. A reestruturação produtiva significou, portanto, uma desconcentração da indústria de São Paulo e da região metropolitana para o interior paulista; mas significou, também, uma dispersão territorial da indústria para outros estados. Isso não quer dizer que houve uma transferência de plantas industriais localizadas na cidade de São Paulo; isso, essa realocação, pode ter até ocorrido, mas sobretudo o que houve foi a eleição de novas localizações para a instalação de novas industriais.

A DINÂMICA DO EMPREGO INDUSTRIAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS

Analisando a tabela a seguir (Tabela 1), que compreende um período de 13 anos, entre 1989 e 2002, justamente o período em que a reestruturação produtiva transformou profundamente a atividade industrial, podemos ver que, em primeiro lugar, há uma diminuição no número de trabalhadores, de cerca de um milhão de empregos. Em segundo lugar, podemos observar que nas principais metrópoles do País o decréscimo no número de trabalhadores não só é geral, mas muito intenso, destacando-se a metrópole de São Paulo e do Rio de Janeiro com uma diminuição maior que 50%. Em torno de 40% temos Porto Alegre, Belém e Salvador. E, apresentando as menores perdas, entre 23% e 13%, Belo Horizonte, Curitiba, Recife e Fortaleza.

² Em relação à discussão da constituição de uma arquitetura produtiva estruturada em rede, cabe mencionar o trabalho de Veltz, 2000.

TABELA 1
Número de Trabalhadores nas Principais Metrôpoles do Brasil (1989-2002)

Metrópole	1989	2002	Varição Percentual 1989-2002
Belém	24.376	14.553	- 40,3
Belo Horizonte	77.527	59.263	- 23,6
Curitiba	84.697	71.092	- 16,1
Fortaleza	68.719	59.489	- 13,4
Porto Alegre	72.084	40.272	- 44,1
Recife	45.200	27.692	- 38,7
Rio de Janeiro	343.968	145.580	- 57,7
Salvador	27.014	18.385	- 31,9
São Paulo	1.024.350	458.133	- 55,3
Brasil	6.151.654	5.209.774	- 15,3

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. RAIS: 1996 e 2002.

O declínio no número de trabalhadores da indústria nessas metrópoles apresenta duas sortes de situações: uma em que o crescimento no número de trabalhadores é positivo para o estado e negativo para a metrópole e, outra, em que o crescimento é negativo, tanto para o estado como um todo, como para a metrópole, como pode ser visto a seguir (Tabela 2).

TABELA 2
Taxa de Crescimento do Número de Trabalhadores da Indústria (1989-2002)

Estados com Crescimento Positivo e Metrôpoles com Decréscimo		Estados e Metrôpoles com Decréscimo	
Ceará	+ 47,0	Rio de Janeiro	- 47,7
Fortaleza	- 13,4	Rio de Janeiro	- 57,7
Paraná	+ 39,4	Pernambuco	- 39,9
Curitiba	- 16,1	Recife	- 13,4
Pará	+ 20,1	São Paulo	- 34,0
Belém	- 40,3	São Paulo	- 55,3
Minas Gerais	+ 6,4	Rio Grande do Sul	- 4,8
Belo Horizonte	- 23,6	Porto Alegre	- 44,1
Bahia	+ 2,9		
Salvador	- 31,9		

Fonte: Ministério do Trabalho e do Emprego. RAIS: 1989 e 2002.

O exame dos dados indica, claramente, que foi nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, estados de tradição industrial, que houve uma maior crise no emprego industrial, que afetou tanto a média estadual como o centro metropolitano. O Rio Grande do Sul, embora apresente taxa negativa estadual, essa está muito aquém dos três estados referidos.

Tomando-se como referência um período mais curto, compreendido entre 1996 e 2002, portanto, o final do século XX e início do século XXI, que permite visualizar as mudanças mais recentes e, ainda, examinando em detalhe cada região metropolitana, vamos encontrar situações distintas. Contudo, prevalece um fato comum a todas as regiões metropolitanas: o núcleo metropolitano continua a perder emprego industrial ou apresenta uma expansão pequena, de cerca de 2%, nos casos de Belém, Fortaleza e São Paulo, salvo Curitiba com crescimento positivo de 6,7%.

Na região Norte, a região metropolitana de Belém, como apontamos, apresenta uma variação positiva do emprego industrial na capital, de apenas de 1,2%. É Belém que concentra a atividade industrial da região metropolitana, abrigando 62% dos trabalhadores da região metropolitana em 2002. Para 1996, os dados indicam porcentagem maior, de 74,3%. Outro município de importância industrial na região metropolitana de Belém é Ananindeua, que, embora em 2002 apresente metade do número de trabalhadores de Belém, apresentou, entre 1996 e 2002, um crescimento de 48%³.

No Nordeste, das três regiões metropolitanas –Fortaleza, Recife e Salvador– apenas em Fortaleza se repete a situação encontrada em Belém, de variação positiva no emprego industrial, mas, também, muito incipiente, de 1,4%. Para Recife e Salvador, a variação foi negativa; no primeiro caso, de menos 14,4% e, no segundo, de menos 11,9%⁴.

Na região metropolitana de Fortaleza, é em Fortaleza que se concentra o maior número de trabalhadores, com a cifra de 55,5% para 2002, cabendo lembrar que essa diminuiu, já que em 1996 era de 70,4%. O segundo lugar é ocupado pelo município de Maracanaú. Destacam-se, também, os municípios de Caucaia, Maranguape e Eusébio. Nesses, as maiores taxas de crescimento estão nos municípios com menor número de postos de trabalho⁵.

Comparando-se a região metropolitana de Fortaleza com a de Recife, essa possui um contingente de trabalhadores menor, tendo passado de 32.346 em 1996, para 27.692 em 2002. Nos demais municípios da região metropolitana de Recife destacam-se os municípios de Jaboatão dos Guararapes, com um crescimento no período de 3,8%. Em segundo lugar, Paulista, que passou de 7.890 trabalhadores para 5.614,

3 O número de trabalhadores na indústria de transformação de Belém era para 1996, 14.380 e para 2002, 14.553. Ananindeua registra os seguintes dados: em 1996, 4.718 e, em 2002, 6.995.

4 Fortaleza passou de 58.695 trabalhadores em 1996, para 59.489 em 2002. Recife, de 32.346 para 27.692 e, Salvador, de 20.864 para 18.385.

5 De 1996 a 2002, Maracanaú passou de 14.442 trabalhadores para 17.277, registrando um crescimento de 19,4%. Maranguape, de 2.054 para 7.107, com um crescimento de 245% e, Eusébio, de 3.157 para 5.055. Para Caucaia os dados não estão disponíveis.

apresentando, portanto, uma variação negativa, de quase um terço, precisamente de 28,7%, maior que de Recife, a indicar um problema, já que Paulista se constitui num dos centros industriais mais tradicionais do Nordeste. Olinda praticamente não registra alteração, já que apresenta um crescimento de apenas 0,7% e Cabo de Santo Agostinho, uma variação de 13,4%⁶.

Diferente da região metropolitana de Recife, para a de Salvador os principais municípios da região metropolitana do ponto de vista do emprego industrial apresentam taxas positivas: Lauro de Freitas, com 134,1%, Camaçari, com 48,3% e Simões Filho com 6%⁷.

No Sudeste, apresentamos alguns dados das regiões metropolitanas de Rio de Janeiro e Belo Horizonte, deixando para análise posterior a metrópole de São Paulo, que se constitui no maior aglomerado metropolitano da América Latina e centro econômico do País.

Na região metropolitana do Rio de Janeiro e na de Belo Horizonte houve um decréscimo no número de trabalhadores. Para o Rio de Janeiro essa perda foi de menos 19,7% e para Belo Horizonte, de -6,1%. Em ambos os casos é o núcleo metropolitano que mais perde postos de trabalho. No município do Rio de Janeiro houve uma perda de cerca de 50.000 postos de trabalho e em Belo Horizonte, 5.690⁸.

Dentre os demais municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro, o destaque é para o município de Duque de Caxias, que possui o maior número de postos de trabalho, seguido de São Gonçalo, Nova Iguaçu, Niterói e São João do Meriti. Desses, Niterói e Nova Iguaçu conheceram declínio acentuado; em Niterói, de menos de 28,3% e em Nova Iguaçu, de menos 23%. Esses dados confirmam, mais uma vez, a industrialização francamente regressiva da região metropolitana do Rio de Janeiro, sobretudo se lembrarmos os dados relativos ao município do Rio de Janeiro.

Em relação à região metropolitana de Belo Horizonte, a capital perdeu cerca de 6.000 empregos⁹. Os principais municípios da região metropolitana, do ponto de vista industrial: Contagem e Betim, também apresentam índices negativos, a indicar o quanto a região metropolitana vem sendo afetada, do ponto de vista do emprego industrial, pelas mudanças econômicas em curso¹⁰.

6 Olinda passou, no período de 1996 para 2002, de 3.785 postos de trabalho para 3.812. Cabo de Santo Agostinho, de 5.201 para 5.990.

7 Em 1996 Lauro de Freitas registrou 1.388 postos de trabalho e, em 2002, 3.250. Camaçari, 9.798 e 14.528, respectivamente. Simões Filho, 7.731 e 8.196.

8 Precisamente, foram eliminados no município do Rio de Janeiro 49.422 postos de trabalho.

9 Exatamente, passou de 64.953 para 59.263.

10 Contagem passou de 38.386 trabalhadores em 1996 para 31.701 e Betim, de 29.829 para 25.416, respectivamente.

As regiões metropolitanas do Sul, Curitiba e Porto Alegre, quanto ao núcleo metropolitano apresentam dinâmicas diversas, pois enquanto em Curitiba há expansão no número de postos de trabalho, em Porto Alegre há retração.

Na região metropolitana de Curitiba, o município de Curitiba, como já apontamos, apresenta expansão no número de postos de trabalho da ordem de 6,7%. Embora seja uma expansão positiva, esse índice está longe da expansão havida nos municípios de maior expressão industrial da região, a saber: São José dos Pinhais (71,2%), Pinhais (26,1%), Campo Largo (14,9%) e Colombo (24,4%)¹¹.

Na região metropolitana de Porto Alegre cabe destacar os municípios de Novo Hamburgo, São Leopoldo e Canoas¹². Todos esses municípios apresentam expansão no número de postos de trabalho, comportamento inverso de Porto Alegre. Enquanto nesse município a variação foi negativa (-14,8%), foi positiva em Novo Hamburgo (10%), São Leopoldo (31,3%) e em Canoas (5,9%)¹³.

Deixamos por último a metrópole de São Paulo, que, como decorrência do processo de desconcentração industrial em direção ao interior do estado paulista, configurou-se uma cidade-região açambarcando municípios de quatro regiões administrativas: Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Baixada Santista. Essas quatro regiões administrativas acrescidas da região metropolitana de São Paulo foram responsáveis, no ano 2000, por 32,4% do PIB nacional e 83,9% do PIB gerado no Estado de São Paulo. A riqueza concentrada nessas cinco regiões administrativas é próxima à da soma do PIB das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do País¹⁴.

11 São José dos Pinhais passou de 11.220 trabalhadores para 19.211; Pinhais, de 5.961 para 7.514; Campo Largo, de 6.511 para 7.481 e Colombo, de 4.826 para 6.004.

12 Uma observação é digna de nota. A região metropolitana de Porto Alegre apresenta mais de 8 municípios em 2002 em relação ao ano de 1996, anos em que estamos procedendo a comparação. Apresenta mais 8 municípios, tendo alguns origem em desmembramentos, enquanto outros foram incorporados à região metropolitana. A grande parte dos casos dos novos municípios resultou de desmembramentos. Os outros se deveram a incorporação à região metropolitana, mas devido ao fato de serem pouco significativos do ponto de vista industrial, as distintas bases territoriais, de um ano e de outro, não comprometem a comparação.

13 Novo Hamburgo passou de 30.357 trabalhadores para 33.392; São Leopoldo, de 14.084 para 18.501 e Canoas, de 13.000 para 13.773.

14 A Região Metropolitana de São Paulo e a de Campinas apresentaram um Produto Interno Bruto (em dólares de 1998) da ordem de 202.883.211.035. As cinco regiões administrativas, um total de 248.475.666.091. O PIB nacional corresponde a 767.901.910.223 e o do Estado de São Paulo a 296.434.982.188. A soma do PIB das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul do País corresponde a 295.884.843.429. Fonte: Dados Básicos, IBGE e IPEA, 1996.

Na região metropolitana de São Paulo houve crescimento de 9,3% no número de trabalhadores devido à expansão havida em alguns municípios da região metropolitana¹⁵. No município de São Paulo, a taxa de crescimento foi de 2,4%, tendo o número de trabalhadores passado de 607.530 para 622.326. Considerando-se os municípios da região metropolitana, onde o número de trabalhadores é mais expressivo, podemos afirmar que houve variação positiva em Guarulhos (18,1%), Santo André (23,9%), Santana do Parnaíba (119,7%), Diadema (4,4%) e Osasco (47,7%). A variação negativa ficou por conta de São Bernardo do Campo, com menos 2,9% de trabalhadores ocupados na indústria e São Caetano do Sul, com menos 15,4%.

Contudo, para o caso paulista um exame da região metropolitana em si mesma é inadequado, pois se do ponto administrativo a região metropolitana é conformada por 39 municípios, do ponto de vista econômico e, sobretudo dizendo respeito à atividade industrial, não é possível separar a região metropolitana do seu entorno, onde os municípios estão bastante conurbados. A região metropolitana de São Paulo acrescida da região administrativa de Campinas, Sorocaba, São José dos Campos e Baixada Santista compreende uma unidade que responde por 70,2% dos estabelecimentos industriais do estado, 73,2% do pessoal ocupado e, igualmente, 78,8% da receita líquida industrial e, ainda, 81,7% do valor adicionado¹⁶.

Nada parecido ocorre com as outras regiões metropolitanas examinadas. Reiterando, nada parecido ocorre nas outras metrópoles do país. Nessas, a tendência de expansão no número de postos de trabalho se dá nos municípios adjacentes ao núcleo e, além do mais, em poucos, não havendo nenhum processo de espraiamento do trabalho industrial para o entorno metropolitano.

É sabido que o estado de São Paulo tem uma característica particular que o diferencia dos demais estados do país, na medida em que é aqui que se concentram as condições gerais necessárias à reprodução do capital, as quais não ocorrem apenas na região metropolitana, mas a ultrapassam por centenas de quilômetros. É essa característica que confere ao estado paulista a possibilidade de espraiamento industrial para além da região metropolitana, num território bem mais amplo e dotado de todas as condições para a implantação industrial, mormente no que diz respeito às indústrias de alta tecnologia e às indústrias inovadoras.

Isso significa dizer que o processo de desconcentração industrial havido em São Paulo é específico e particular a essa metrópole, não se

15 A região metropolitana de São Paulo registra para 1996, 1.101.334 e, para 2002, 1.203.500 trabalhadores.

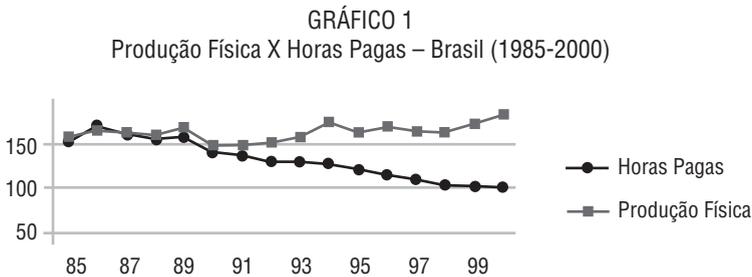
16 Seade, 2001.

encontrando casos similares nas outras metrópoles brasileiras. Isso não se confunde com a expansão do emprego industrial no interior de cada estado, referente às regiões metropolitanas examinadas. Não se confunde porque nos casos da expansão no número de trabalhadores, essa expansão não desenhou, em nenhuma região metropolitana, uma concentração de postos de trabalho no entorno da região. Ao contrário, nessas regiões metropolitanas a densidade de postos de trabalho se circunscreve não só no núcleo metropolitano, apesar do decréscimo havido em alguns casos e apesar da pouca expansão em outros –salvo Curitiba–, mas, sobretudo, em alguns poucos municípios adjacentes a esse núcleo.

O DECLÍNIO DAS HORAS PAGAS NA ATIVIDADE INDUSTRIAL E DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHADOR

As transformações havidas na dinâmica do emprego industrial se fizeram acompanhar pela diminuição da quantidade de horas pagas na indústria, apesar do crescimento de sua produção física; ou seja, apesar do crescimento no número de produtos produzidos. Dizendo de uma outra maneira, se produz mais, sim, mas se paga cada vez menos.

O gráfico 1, a seguir, é muito elucidativo da afirmação acima, pois mostra com nitidez a correlação oposta entre a produção física da indústria e as horas pagas ao trabalhador.



Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física e Dados Gerais.

Por meio desse gráfico podemos inferir que houve um crescimento da produtividade do trabalho, que guarda relação direta com o progresso técnico e as novas formas de organização do trabalho. Também nos induz a pensar nas diversas modalidades de trabalho não formal que, sabemos, também se faz presente na atividade industrial.

Além da diminuição das horas pagas na indústria, houve uma expressiva depreciação na remuneração do trabalho industrial. Analisaremos, a seguir (Tabela 3), a remuneração do trabalho industrial, segundo as regiões metropolitanas no período de 1996 e 2000. Expressa

em salários mínimos, dividimos a remuneração em dois conjuntos: o primeiro, que compreende a faixa de menos de 1 salário mínimo a 3 salários mínimos, denominada de “faixa inferior” e o segundo, acima de 3 salários mínimos, referida como “faixa superior”.

TABELA 3
Remuneração do trabalhador na indústria 1996-2002 (%)

Regiões Metropolitanas	1996		2002	
	Até 3 SM	Acima de 3SM	Até 3 SM	Acima de 3SM
RM de Belém	59,2	40,8	74,1	25,9
Belém	55,9	44,1	96,2	3,8
RM de Belo Horizonte	40,0	60,0	55,3	44,7
Belo Horizonte	53,0	47,0	64,1	35,9
RM de Curitiba	36,3	63,8	48,2	51,8
Curitiba	31,3	68,7	44,0	56,0
RM de Fortaleza	77,4	26,8	86,3	13,7
Fortaleza	78,0	22,0	88,3	11,7
RM de Porto Alegre	41,5	58,5	54,7	45,3
Porto Alegre	30,1	69,9	49,0	51,0
RM de Recife	50,4	49,6	65,9	34,1
Recife	57,3	42,7	65,6	34,4
RM do Rio de Janeiro	41,7	58,3	52,3	47,7
Rio de Janeiro	37,7	62,3	47,4	52,6
RM de Salvador	45,1	54,9	51,0	49,0
Salvador	64,9	35,1	74,3	25,7
RM de São Paulo	16,7	83,3	34,5	65,4
São Paulo	18,4	81,6	38,5	61,5

Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego. RAIS: 1996 e 2002.

Segundo os dados, a maior porcentagem de trabalhadores situados na faixa superior de salários encontra-se na região metropolitana de São Paulo e de Curitiba, tanto no ano de 1996 como no de 2002. Comparando-se os dois anos vemos que embora essas regiões metropolitanas estejam à frente das demais, em ambas houve um decréscimo na proporção de trabalhadores que recebem mais de 3 salários mínimos. E, inversamente, um crescimento na proporção dos que se situam na faixa inferior.

Uma segunda característica em relação à faixa superior de remuneração é que, em ambos os anos considerados, a proporção de trabalhadores com maior rendimento no núcleo metropolitano em relação

à região metropolitana se encontra nos municípios do Rio de Janeiro, Curitiba e Porto Alegre.

Não resta dúvida que o montante de trabalhadores situados nas faixas superiores de salário situa-se em São Paulo, mas se em 1996 essa proporção era bastante elevada (83,3 %), em 2002 é de 65,4 %, a indicar uma inflexão descendente.

Não seria, então, inexplicável que são justamente nas regiões metropolitanas de maior proporção de trabalhadores recebendo maiores salários que vamos encontrar os menores índices de trabalhadores situados na faixa inferior. Assim, lideram a menor proporção de trabalhadores com menores salários, a região metropolitana de São Paulo e de Curitiba.

Onde vamos encontrar uma proporção elevada de trabalhadores situados na faixa inferior é nas regiões metropolitanas de Fortaleza, Belém e Recife. Em Fortaleza a proporção de trabalhadores que recebem até 3 salários mínimos saltou de 77,4 % para 86,3 %. Em Belém, de 59,2 % para 74,1 % e em Recife, de 50,4 % para 65,9 %.

Examinando-se o núcleo metropolitano, a proporção de trabalhadores recebendo até 3 salários mínimos aumentou em detrimento da expansão na proporção de remuneração situada na faixa superior.

Os dados indicam, portanto, que houve, do ponto de vista da remuneração do trabalhador, uma depreciação de sua remuneração. Paga-se menos ao trabalhador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não resta dúvida de que vivemos um período de dispersão territorial da indústria pelo território nacional. Mas a pesquisa que efetuamos nos faz afirmar que não resta dúvida, também, que o emprego industrial apresenta uma inflexão negativa, ou seja, que se diminuem os postos de trabalho na indústria e que, ainda, estamos vivendo uma depreciação na remuneração do trabalhador.

Essa realidade reflete que a indústria passou por ajustes aos ditames hegemônicos, cuja racionalidade exige o estrangulamento do emprego industrial que vem acompanhado da depreciação clara e nítida da remuneração do trabalhador.

Por outro lado, o padrão “indústria e metrópole” –entendendo-se, aqui, o núcleo metropolitano– parece, neste início de século, se colocar de uma outra forma, já que, em geral, essa unidade tão forte no século XX se dilui, fazendo a atividade industrial crescer mais nos municípios próximos ao centro metropolitano do que nele em si mesmo. Evidentemente, excetuando-se aí São Paulo, dada a grande extensão do espraiamento da atividade industrial.

Sim, São Paulo é uma exceção no território brasileiro e os processos que aí se desenvolvem não parecem estar ocorrendo nas demais

metrópoles do Brasil. Vivemos uma situação nova em que, como dissemos, se altera a relação entre “metrópole e indústria” e que exige o avanço do conhecimento para que possamos compreender a nova dinâmica territorial da indústria e da metrópole.

BIBLIOGRAFIA

- Antunes, Ricardo 2000 *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho* (São Paulo: Boitempo).
- Benko, Georges 1995 *Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI* (São Paulo: Hucitec).
- Diniz, Clélio Campolina *A dinâmica recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Texto para discussão N° 375, s/a (Brasília).
- Diniz, Clélio Campolina 2000 “Impactos territoriais da reestruturação produtiva” em Ribeiro, Luiz César de Queiroz (org.) *O futuro das metrópoles. Desigualdades e governabilidade* (Rio de Janeiro: Revan/FASE).
- Lencioni, Sandra 2003 “A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica” em *Anais do X Encontro Nacional da ANPUR* (Belo Horizonte).
- Ministério do Trabalho e do Emprego – *RAIS 1989, 1996 e 2002*.
- Piquet, Rosélia 2001/2002 “A indústria metropolitana no Brasil muda de lugar e emprega menos. Planejamento e território, ensaios sobre a desigualdade” em *Cadernos IPPUR*, Ano XV, N° 2, e Ano XVI, N° 1.
- Pochmann, Marcio 2002 *Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil* (Campinas: IE/CESIT/UNICAMP).
- Pochmann, Marcio 2004 *Reestruturação produtiva. Perspectivas de desenvolvimento local com inclusão social* (Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes).
- Saboia, J. 1999 “Desconcentração industrial no Brasil nos anos 90” em *Boletim de Conjuntura* (Rio de Janeiro) Vol. 1, N° 4.
- SEADE –Fundação Sistema de Análise de Dados– 2001 *Pesquisa da atividade econômica paulista*.
- Serra, R. V. 2004 “Sobre impropriedades e cuidados na utilização da variável pessoal ocupado (RAIS) nos anos intercensitários” em *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP* (Caxambu).
- Veltz, Pierre 2000 *Le nouveau monde industriel* (Paris: Gallimard).